

A dor do esquecimento: o Estado Novo no Oeste de Santa Catarina

Eunice Sueli Nodari, UFSC
eunice@cfh.ufsc.br

“Nós tínhamos que ir cada domingo, eles chamavam, nós tínhamos que ir nós apresentar no quartel ali em Linha Becker para mostrar que ainda estávamos aqui”.¹

Que significado pode ter a afirmação acima, para uma jovem mulher, na época da Ditadura Vargas? Com que olhar devemos analisá-la, uma vez que o depoimento foi dado por ela já idosa? Durante o Estado Novo, tanto a memória como a identidade, foram utilizadas para homogeneizar a memória e a identidade nacional. Os discursos do governo e as suas ações reforçaram a idéia da construção de uma “nova” identidade nacional. Nesse momento histórico em especial, tanto as identidades quanto as memórias, são construções políticas e sociais, e devem ser tratadas como tais e aqui entra a história, pois segundo John Gillis, é impossível dar a ambas a posição de objetos naturais, tratando-as como “fatos” com vida fora da linguagem. Identidades e memórias não são coisas sobre as quais se pensa, mas sim coisas com as quais se pensa. Como tal elas não existem fora da política, das relações das pessoas e de suas histórias.² Partindo da idéia que as identidades locais, regionais e nacionais, como qualquer outro fato histórico, são construídas, é delegado a nós pesquisadores a responsabilidade de decodificá-las para descobrirmos as relações que as criam e as mantém. Para construirmos estas histórias nos valem os referenciais de Raphael Samuel que nos alerta que existem verdades que são gravadas somente nas memórias de pessoas idosas; eventos do passado que só elas podem nos contar, imagens sumidas que só elas podem lembrar, ajudando a esclarecer discrepâncias aparentes na documentação existente.³ Entretanto, é o mesmo autor que nos adverte para estarmos atentos, e é o que foi feito por nós, pois a memória não é de forma alguma um receptáculo passivo, ou um sistema de armazenamento, um banco de imagens do passado, ela é, isto sim, uma força ativa e modeladora, ou seja, ela é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela

¹ DIETZ, Maria. **Entrevista concedida a Eunice S. Nodari**. Itapiranga, 18 de junho de 1998.

²GILLIS, John R.(Ed.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p.5.

³SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 19, set.89/fev.90. p.230.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

está dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, em vez de ser apenas algum tipo de seu negativo.⁴

Assim, ao fazermos uso da metodologia da história oral, temos que estar conscientes, como nos mostrou Raphael Samuel, de que a memória é historicamente condicionada e que ela muda de cor e forma de acordo com as emergências do momento; e longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é alterada, progressivamente, de geração em geração. “Assim como a história, a memória é inerentemente revisionista e nunca mais camaleônica como quando parece permanecer igual”.⁵ O que nos leva a afirmação que inicia o texto cujo teor vai permear todo o nosso trabalho aqui apresentado.

O Oeste de Santa Catarina teve o auge da sua colonização na primeira metade do século XX. Isto não significa dizer que várias áreas não estavam ocupadas anteriormente por indígenas e caboclos. Entretanto para o padrão previsto pelo governo federal e estadual esta ocupação se deu a partir da vinda, principalmente, de teutos e ítalos provenientes do Rio Grande do Sul, além de imigrantes alemães, italianos e de outras etnias. Foi um processo conduzido por companhias colonizadoras que tentavam trazer o modelo “ideal de pessoas” para ocupar a região. O Oeste de Santa Catarina foi a última área a ser ocupada no Estado, assim também temos características distintas das demais regiões, em alguns aspectos. O Oeste de Santa Catarina da forma como o conhecemos hoje teve a sua anexação definitiva ao Estado de Santa Catarina em 1916 após a solução do conflito do Contestado para definição dos limites entre Santa Catarina e Paraná. A partir do reconhecimento do acordo em 1917, o governo de Santa Catarina cria os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó, sendo que os dois últimos ficam na área denominada de Oeste de Santa Catarina.

O processo de estabelecimento na região é acelerado a partir da década de 1930 com grupos de colonos que chegam atraídos à região por diferentes tipos de propaganda, mas que, em sua maioria, tinham entre as suas principais motivações a busca da manutenção do padrão sócio-econômico e cultural, e mesmo a melhoria dele.⁶

Quando é discutido o processo de nacionalização em Santa Catarina, imediatamente nos lembramos das primeiras colônias alemãs como, por exemplo, Blumenau e Joinville, afinal os traços étnicos ali eram bem visíveis na época. Eles estavam estabelecidos na região desde o século XIX, e econômica e socialmente bem estruturados, enquanto que no mesmo período da campanha

⁴ SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory: past and present in contemporary culture**. Londres: Verso, 1996. p. ix-x.

⁵ Ibid, p. x.

⁶ Para maiores detalhes sobre este tema ver: Nodari, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas sócio-culturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

empreendida pelo Estado Novo os grupos étnicos ali estavam se estabelecendo, se adaptando e se encontravam num momento de fragilidade. Este fator exigiu destas etnias uma renegociação imediata e contínua de suas práticas sócio-culturais para facilitar a sua permanência física, e garantir a sua sobrevivência no local. As atitudes e ações efetivadas pelas autoridades locais, estaduais e federais, não foram mais brandas do que no resto do Estado, a diferença está no processo que foi mais moroso devido à própria localização geográfica e à distância com a capital do Estado.

A ditadura Vargas e seus efeitos nocivos perante a população, eram abafados na imprensa local e regional, mostrando somente os aspectos positivos, tentando passar à população da região a imagem de que estes eram os culpados e que estavam cometendo todos os erros possíveis. A imposição do uso da língua nacional sob uma rígida fiscalização do Estado, se constituiu num dos elementos capazes de afirmar uma ordem social baseada em uma nova hierarquia e acabou sendo o principal fator de controle da população de origem teuta no Oeste de Santa Catarina. As primeiras tentativas de controle começaram pelas escolas que, em sua maioria, tinham professoras ou professores que ministravam as aulas na língua alemã. O Governo ao fechar estas escolas nem sempre tinha pessoas disponíveis para substituí-las, deixando as crianças sem aulas por meses.

O controle atingiu não somente as cidades, mas também as vilas e comunidades rurais, onde devido ao modelo de colonização implementado separando-as por etnias e/ou religião havia a concentração destes grupos étnicos. Eram nestas comunidades menores onde a língua falada no dia a dia era o alemão que eram as mais visadas pelas autoridades e até mesmo por membros das comunidades que acabavam delatando as pessoas sem se preocuparem com possíveis injustiças.

Para o presente trabalho a nossa ênfase é dada ao então distrito de Itapiranga, pertencente ao município de Chapecó. Enquanto o distrito de Mondai era visado pelas autoridades do Estado Novo por ser um pólo de teutos protestantes, Itapiranga se destacava mais ainda, pois além dos teutos católicos oriundos do Rio Grande do Sul, havia também grupos provenientes diretamente da Alemanha. Em entrevistas realizadas, notamos as marcas profundas que foram deixadas por esse período, já que muitos que haviam deixado a pátria com o medo de uma outra guerra acabaram sofrendo, no Brasil as perseguições e humilhações dos agentes policiais como Maria nos contou: “Nós tínhamos que ir cada domingo, eles chamavam, nós tínhamos que ir nós apresentar no quartel ali em Linha Becker para mostrar que ainda estávamos aqui”.⁷

Além de denúncias e controles diretos sobre a população considerada “perigosa”, houve medidas, que afetaram a vida religiosa dessas pessoas. Todas as prédicas e cantos, tanto nas igrejas

⁷ DIETZ, op.cit.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

protestantes quanto nas católicas, nos meios coloniais, eram feitas em alemão, “antes da lei federal que as proibiu, e cuja execução só se efetuou, após o estado-de-guerra reconhecido pelo Brasil em relação aos países do eixo”.⁸ A partir do momento que estas pregações foram proibidas, muitas pessoas iam para a missa do domingo, especialmente as mulheres, sabendo que não entenderiam nada das pregações feitas pelo padre ou pastor.

Mas, não foram somente os rituais da missa ou culto que foram alterados, os livros de reza e cantos que, no entender dos fiéis, não representavam perigo algum, eram algo muito caro tanto que para defendê-los, enfrentavam as autoridades militares. É o que nos conta a entrevistada Ledvina, lembrando a invasão da igreja de Itapiranga por soldados do destacamento: “até o Inácio Werlang, estava em cima, na parte alta dentro da igreja, gritou quando os soldados queriam tirar os livros de alemão na igreja. Até ele gritou – ‘não entreguem os livros’. Levaram ele preso e os livros também”.⁹ Livros estes que eram queimados após a apreensão. Para a população era muito difícil entender que as diversas práticas sócio-culturais como a pregação na igreja e a leitura de textos religiosos na língua alemã agora estavam sendo criminalizadas.

A vida em família também estava sendo vigiada, e as pessoas sofrendo sanções públicas por isso. Foi o caso de dois professores que foram demitidos por falarem a língua alemã em suas casas, não sendo um bom exemplo para as crianças: “(...) não pratica no seu lar a língua nacional, pois tem matriculado na escola que rege, uma filha que não fala e nem compreende o português.”¹⁰

Algumas atitudes da repressão giravam à beira do absurdo, e eram contestadas até pelas autoridades policiais. É o que comenta o padre Luiz Heinen: “Muito colono foi preso por falar em alemão aos bois, cavalos e animais de estimação como sempre fizera”.¹¹ Um destes fatos é complementado pelo padre Albino Schwade em sua obra escrita a mão que tem como título Pesquisa histórica, resumo histórico sobre Itapiranga, baseado nos Livros Tombo e Diários da Casa Canônica onde relata que no dia 3 de junho de 1944 “o soldado Noel prende pela 2ª. vez o senhor F., porque a senhora dele falara alemão com a vaca. Esbofeteou-o em plena rua e deixou-o 24 hs. sem cama e nem comida na cadeia...”. Mais adiante ele relata que após uma avaliação o soldado sofreu sanções pelo seu ato. Mas o que nos interessa aqui é que o delito foi cometido pela esposa e quem foi preso foi o marido. Que dedução pode ser tirada deste episódio? O alvo teria sido o marido e usaram a fala da esposa com a vaca como pretexto? Ou caso prendessem a esposa a

⁸ D’AQUINO, Ivo. **Nacionalização do ensino: aspectos políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942. p.40-41.

⁹ MICHELS, Ledvina. **Entrevista concedida a Eunice S. Nodari**. Itapiranga, 18 de junho de 1998.

¹⁰ RESOLUÇÃO n. 9.920. D’AQUINO, p. 125-126.

¹¹ HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-políticos-econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997, p.157

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

repercussão seria muito grande na comunidade, afinal era uma mãe de família e os valores entre eles eram muito claros? Em toda a nossa pesquisa em diferentes fontes documentais, além das entrevistas, não encontramos nenhuma evidencia de prisão de mulheres por questões étnicas no período.

Observamos que várias mulheres, cujos maridos haviam sido presos, sofreram pressões e mesmo torturas psicológicas para que contassem coisas sobre os mesmos para incriminá-los. Temos uma entrevista onde foi relatado tortura física, além de psicológicas. Uma das comunidades de Itapiranga, denominada Linha Presidente Becker, era composta, praticamente, só de alemães emigrados para o Brasil entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Assim a maioria destas pessoas tinha no alemão a sua língua materna, era a única que conheciam e praticavam, além de manterem vínculos estreitos com familiares residentes na Alemanha. Com a implantação do Estado Novo, mais especificamente com a entrada do Brasil na Guerra um grupo destes imigrantes do sexo masculino buscou refugio em São Pedro na Argentina, uma vez que Itapiranga faz divisa com aquele país. Enquanto as mulheres e as crianças permaneceram na comunidade, assumindo todas as tarefas, sofrimentos e pressões. O relato a seguir é feito por Dona Maria, que mais tarde, acaba se casando com um deles. As lembranças de todos os episódios estão muito nítidas para ela:

[...] E a mãe do Alfonso, eles também trataram a mãe, ela ficou aqui, Deus me livre a coitada, eles sempre falaram que ela tinha escondido, ela não, mas o marido mas como ele escapou, que tinham escondido todas as armas aí na igreja velha, eles procuraram, quase viraram a igreja e não acharam... nunca sabiam de uma coisa destas, não tinham armas, não tinha mesmo, eles disseram que tinha e ela tinha que saber, ela não sabia de nada. O meu marido pode contar isto... (era a mãe dele) Mein Got!¹² Os soldados afiaram palitos e enfiaram embaixo de cada unha da minha sogra. Tinha que dizer onde estão as armas, mas ela disse: - por Deus eu digo, eu não sei de nada, mas eles disseram que tu sabes, mas ela não sabia de nada, ela quase ficou louca. Ela depois ficou escondida em nossa casa por tempo, ela não comia mais nada, só chorava, e depois o marido já tinha ido embora há quanto tempo eu não sei.[...]¹³

A luta das mulheres em busca da libertação dos maridos acusados e presos também é relatada por diversas pessoas. É o caso da esposa do senhor Paul Raminger de Mondai, que foi preso e torturado. “Ela fez várias viagens a Itapiranga onde ele estava preso. Não conseguiu libertá-lo e junto com outras senhoras foi a Porto Alegre e depois Florianópolis onde obteve alguns resultados”.¹⁴

Marlene de Fáveri em seu livro **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo**

¹² Meu Deus! a partir deste ponto a maior parte da conversa é em alemão e foi traduzido por mim.

¹³ DIETZ, Maria. **Entrevista concedida a Eunice S. Nodari**. Itapiranga, 18 de junho de 1998.

¹⁴ HEINEN, p. 172.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

durante a Segunda Guerra em Santa Catarina, afirma que “silenciar: era o verbo para se protegerem de denúncias e problemas com a polícia local...”¹⁵

De uma forma bastante peculiar muitas pessoas foram obrigadas a não se expressarem verbalmente, porque o único idioma que conheciam, alemão, não poderia ser utilizado. Era mais do que uma censura, era o que Eni Puccinelli Orlandi define como silêncio fundador.¹⁶ Silêncio este, alerta a autora, tão ambíguo quanto as palavras, já que se produz em condições específicas que constituem o seu modo de significar. E, além disso, “impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso”.¹⁷

É interessante observar que as táticas usadas para delação ou vigilância eram as mesmas em todas as regiões. Marlene de Faveri ao citar o depoimento de Maria Dallabrida, moradora de Rio dos Cedros, município que fica quase do lado oposto de Itapiranga, nos mostra que as experiências com as nossas entrevistadas deste período é idêntico:

Dava medo, porque qualquer pessoa que falasse uma palavra em alemão, italiano, pronto era presa! E tinham pessoas que espionavam de noite, escutavam na janela para ouvir a conversa; La na nossa região tinha o Inspetor de Quarteirão, e ele entregava todos. Tinha um vizinho que também espionava.¹⁸

Ledvina, moradora de Itapiranga, na época, recorda:

Aqui também, na cidade, as polícias andavam de noite sempre, sempre perto das casas. Uma vez eu estava doente você sabe como era a nossa casa, a gente tinha que ir primeiro na área, daí passava pelo corredor e só então na sala, eu estava doente, e me fiz um chá, e daí uma pessoa parou na janela, espionando. E o meu irmão veio da casa da namorada dele e viu isto, e quando ele chegou perto de casa meu irmão viu, era um policial ele queria levar o meu irmão preso. Então o meu irmão disse assim: - “Oh Pai”, meu pai pulou da cama, pegou o revólver e foi para fora e então ele se ajoelhou na frente do meu pai e pediu perdão.¹⁹

Outra pessoa que se lembra dessa invasão de privacidade e de imposição de censura, é Elvira Clara, esta residente em outro município do Oeste, Joaçaba, que complementa a questão da vigilância:

Pois os filhos desses alemães que moravam aqui, ninguém mais falou alemão, não falavam porque as crianças não podiam... Não abriam nem a boca para falar, porque se viesse alguém e escutava já mandava prender. Então as crianças falavam o português mesmo e se os velhos não sabiam eles não falavam, ficavam

¹⁵ FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 114.

¹⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. 2. ed. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 23-24.

¹⁷ *Ibid.*, p. 105.

¹⁸ FAVERI, p.114.

¹⁹ MICHELS, op.cit

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

mesmo quietos ou explicavam assim, através de gestos, ou escreviam, cochichavam dentro de casa... Muitas famílias tinham o porão e era escutado se eles falavam.²⁰

As mulheres eram as responsáveis pela vigilância sobre as crianças para que não falassem a língua alemã, senão soubessem a língua portuguesa evitavam sair em locais públicos e dentro de casa também tinha que haver controle como pudemos constatar nas diferentes falas das nossas interlocutoras.

O controle sobre a vida privada das pessoas residentes nas áreas mencionadas era quase que por completo. As horas de lazer deixaram de existir da forma que eram antes tendo em vista que a vigilância sobre estas pessoas era de 24 horas, dona Ledvina recorda: “– Na cidade, eu morava naquela vez na cidade, lá de noite um rapaz não podia sair mais, nem podia mais visitar a namorada, eles pegavam...” Mas para as jovens mulheres era ainda mais complicado: “Mas aqui na cidade as meninas não podiam mais ir ao baile...” Questionamos se era porque não falavam a língua portuguesa, a resposta dada deixa claro o que estava acontecendo: “Não é por causa disso. Era por causa dos soldados eles pegavam elas e não soltavam mais e os namorados ficavam olhando...”²¹ Restava a elas permanecerem em casa abrindo mão de seus momentos de lazer em comunidade. Assim como já haviam abandonado canções, rezas, danças, e quem sabe amores que não se concretizaram por falta de convívio.

Mais adiante ela relembra que: “Nem podia mais falar alemão em casa...” E quando a questionamos como faziam ela respondeu: “Não falava nada, ficavam quietos. Onde nós morávamos na cidade a estrada passava que nem aqui, nós tínhamos que ficar quietas...”²²

Este trabalho teve como ponto de partida os relatos de mulheres de origem alemã que vivenciaram o período do Estado Novo no Oeste de Santa Catarina e lembram o que este representou na vida delas e da sua comunidade.

A repressão psicológica, muitas vezes, pode parecer sutil e aparentemente não deixar marcas profundas. Este não é o nosso entendimento, porque para as pessoas que viveram este período de institucionalização de uma memória pública nacional, em detrimento da memória individual e local, significou a perda de muitas coisas que lhes eram caras e que não retornam mais, a tal ponto de muitas das mulheres terem deixado estas lembranças no fundo do baú e que só vieram

²⁰ NERING, Elvira Clara Engel. **Entrevista concedida a Josias Ricardo Hack**. Joaçaba, abril de 1996.

²¹ MICHELS, op.cit.

²² Idem.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina - de 4 a 7 de maio de 2009.**

à tona quando provocadas a lembrar. E a exclamar: “Deus este tempo era difícil, se as pessoas hoje soubessem... como isto aconteceu...”²³

²³ DIETZ, op.cit.